

Audiência Pública- Plano Diretor 18/08/2018 – Devolutiva

ANÁLISE DAS CONTRIBUIÇÕES

1. Jan Bitoun

Na Audiência Pública para apresentação e debate sobre o Diagnóstico Preliminar Propositivo para a revisão do Plano Diretor, realizada no dia 18 de agosto de 2018, o **professor Jan Bitoun, professor de geografia pela UFPE, que faz parte da Rede Nacional Observatório das Metrôpoles e do Núcleo Recife do Observatório das Metrôpoles, ligado à Articulação Recife de Luta**, realizou uma apresentação sobre suas impressões e opiniões a respeito do Diagnóstico, assim como propostas para o Plano Diretor.

Inicialmente, ele apontou questionamentos sobre os mapas apresentados na Leitura Comunitária.

- É interessante observar que esses mapas são resultado das Escutas realizadas em todas as RPAs, quando havia o intuito de trazer a questão relativa ao Plano Diretor os moradores da cidade. Nesse momento, os moradores apontavam as questões que reconheciam em seus bairros e/ou ruas. A fim de garantir que esse processo refletisse exatamente o que foi identificado pelos cidadãos e, respeitando suas colocações, os mapas apresentados no Diagnóstico refletem com exatidão tudo que ali foi apontado. Dessa forma, não se fez “correções” ou “revisões” deste conteúdo.
- É necessário apontar ainda que apesar das possíveis incoerências observadas pela ótica do professor, há, na verdade nesses mapas, muitas questões relevantes apontadas pelos moradores que foram consideradas para o Diagnóstico e para o Caderno de Propostas do Plano Diretor. Esses mapas podem ser encontrados no Mapa de Leituras Comunitárias, explicado no Volume I, página 41, e apresentado em sua totalidade no Volume III deste diagnóstico.

Depois, Jan Bitoun questionou sobre a situação urbanística da cidade nos últimos 10 anos, buscando compreender onde se modificaram os espaços e paisagens da cidade.

- Esse tema foi abordado no Diagnóstico, em seu texto final, no Volume I, item 8, referente às formas de uso e ocupação do solo, mais especificamente no item 7.1.8.

Ainda nessa temática, o professor questionou sobre como seria a composição da paisagem e as suas tendências à homogeneização.

- Assim como no item acima, essa questão foi abordada no Diagnóstico, em sua entrega final, no Volume I, item 7, referente às formas de uso e ocupação do solo, dessa vez, no item 7.2, sobre as formas de uso e ocupação do solo atuais.

Relativo às questões de saneamento e água da cidade, Jan Bitoun ponderou sobre as questões da intermitência no fornecimento de água e de como isso é ainda mais grave na vida das pessoas que habitam em Comunidades de Interesse Social. Ponderou, também, que o Diagnóstico teria detalhado muito especificamente as ZEIS e que isso poderia fazer o leitor compreender que o problema estaria somente lá.

- Sobre a temática, contemplada pelo Diagnóstico Final, os temas podem ser encontrados no item 6.3.5, sobre o déficit de abastecimento de água nas zonas especiais de interesse social. e no item 6.3.6.. sobre as acima da média nacional

sobre as áreas de ZEIS por compreender-se sua relevância e singularidade na cidade e com o intuito de colaborar para a melhoria das condições de infraestrutura dessas zonas.

Sobre a questão do esgotamento sanitário, o professor afirmou que seria necessário compreender que a falta de infraestrutura de esgotamento sanitário é geral na cidade, mas é vivido de forma diferente pelas pessoas, de acordo com suas condições de vida.

- Essa questão foi abordada no Diagnóstico do Plano Diretor, no Volume I, especialmente nos itens 6.4.5. sobre a situação da infraestrutura de esgotamentos sanitário nas CIS e no item 6.4.6. sobre a insuficiência na coleta e tratamento de esgoto e reflexos na qualidade das águas e na saúde pública.

Em seguida, Jan Bitoun elogiou o mapa das ilhas de calor na cidade e observou como os eixos viários são os principais espaços geradores de calor. Além disso, falou que é importante não descolar a infraestrutura de mobilidade da infraestrutura de saneamento, que a cidade seria ao mesmo tempo as duas coisas.

Sobre a contaminação do solo, o professor elogiou o mapa presente no caderno de mapa, Volume II, que demonstra a carga contaminante do subsolo. Esse mapa associa a vulnerabilidade dos aquíferos, a presença ou não de rede adequada de esgotamento sanitário e adensamento construtivo e tem como informação complementar os poços tubulares, os cemitérios e os lixões. Acrescentou que a questão da contaminação do solo é um tema importante na cidade, que diversos poços tiveram que ser fechados devido a essa contaminação.

- O tema da contaminação da água é abordado no Diagnóstico, Volume I, quando fala-se nos riscos à salinização dos aquíferos, mas, de fato, não há menção à contaminação dos poços pelo esgoto.

Jan Bitoun continuou, sobre a questão da importância em priorizar investimentos em infraestrutura de saneamento nas comunidades de interesse social, quando observou que o Diagnóstico diz isso, no FOR. Afirmou que a intermitência no sistema de abastecimento d'água está em todo município, mas principalmente nas comunidades de interesse social e outras áreas críticas. Segundo o professor, a questão da intermitência faria com que as pessoas necessitassem armazenar água e, em locais onde as pessoas teriam menos tempo para a manutenção de suas caixas, houve grande surto de Zika, atingindo, especialmente, as populações mais pobres.

- No Diagnóstico, Volume I, o item 6.4.6 fala sobre a insuficiência na coleta e tratamento de esgoto e seus reflexos na qualidade das águas e na saúde pública. Porém, não fala sobre a questão específica da contaminação dos reservatórios de água residenciais e seus possíveis rebatimentos na questão da Zika.

PROPOSTA PARA O PD: não permitir o remembramento de lotes aonde não houver ainda um sistema de esgoto realizado.

- A proposta é de manter as casas unifamiliares até que haja uma rede de coleta de esgoto funcionando na região. Isso limitaria o ritmo do adensamento, impedindo que empreendimentos com carga contaminante maior fossem implantados, evitando-se o que teria acontecido em Boa Viagem. Defende que em locais com terrenos grandes e sem rede coletora de esgoto, deve-se exigir soluções no próprio terreno para reservar água sem recorrer a poços e para tratamento do esgoto antes do lançamento nos cursos d'água. Em grandes empreendimentos, poderia haver a construção da rede de esgoto até o lugar de tratamento.
- **RESPOSTA:** No atual Caderno de propostas para o PD, o sistema de estrutura do esgotamento sanitário é contemplado. No entanto, compreende-se mais indicada que a proposta de remembramento dos lotes apresentada pelo

da Lei de Parcelamento do Solo. Já sobre a questão da construção de rede para o tratamento de esgoto, está contemplada no Código de Meio Ambiente e de Licenciamento Ambiental.

PROPOSTA PARA O PD: introduzir um elemento de empreendimento de impacto por carga contaminante.

- **RESPOSTA:** No atual Caderno de propostas para o PD, o sistema de estrutura do esgotamento sanitário é contemplado. No entanto, compreende-se que esta proposta já se encontra contemplada no Código de Meio Ambiente e de Licenciamento Ambiental.

PROPOSTA PARA O PD: A lei do Plano Diretor deverá conter um artigo substituindo o artigo 40 da Lei Municipal 18.208 de 2015 que prevê a possibilidade de construção com sistemas individuais para prédios.

- **RESPOSTA:** Não há incompatibilidade entre o artigo 40 da referida Lei Municipal e o Plano Diretor.

2. Fernanda Costa

Na Audiência Pública para apresentação e debate sobre o Diagnóstico Preliminar Propositivo para a revisão do Plano Diretor, realizada no dia 18 de agosto de 2018, Fernanda Costa, integrante do **Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico (IBDU)**, realizou uma apresentação sobre suas impressões e opiniões a respeito do Diagnóstico, assim como propostas para o Plano Diretor.

Inicialmente, Fernanda Costa afirmou que o IBDU teria protocolado, no dia 10 de julho do corrente ano, um pedido de audiência pública formulado conjuntamente com Instituto Brasileiro de Arquitetos (IAB), seção Pernambuco e que não haviam recebido nenhuma resposta ao pedido. Essa audiência pública seria para que a Prefeitura da Cidade do Recife (PCR) apresentasse o diagnóstico do Plano Diretor e uma revisão e uma análise crítica do Plano Diretor vigente.

- Observa-se que a administração pública deve agir, dentre outras coisas, pautada nos princípios da oportunidade, conveniência e economicidade. Para tal, buscou construir junto aos segmentos da sociedade civil organizada que compõem o CONCIDADE, um rito amplo e democrático de participação com diversas fases e eventos de diversas modalidades e formas de distribuição na cidade, dentre elas as Audiências Públicas. Compreende-se que a audiência foi atendida nas Audiências Públicas Devolutivas nas RPAs, contemplando todos os bairros da cidade. Além disso, a presente audiência estava aberta a toda a sociedade e foi amplamente divulgada. Dentre os meios de comunicação utilizados, houve a publicação no D.O.M. no dia 01/09/2018, matérias em jornais de grande circulação dias 03/09 e 16/09 e divulgação na página virtual do Plano Diretor.
- Além disso, na sua fala final, o Secretário de Planejamento Urbano fez observações sobre esse tema.

Na sequência, afirmou haver um rito para se realizar uma audiência pública, com a publicação com um prazo mínimo de 15 dias de antecedência do convite da realização e a disponibilização de todos os documentos que seriam discutidos. Ela afirmou que esse prazo foi cumprido e que vários documentos foram disponibilizados pela Prefeitura. Porém, questionou que o material apresentado pelo ICPS possui itens que não constariam no Diagnóstico, tendo informações e análises que teriam sido apresentadas e que não constariam dos documentos que foram disponibilizados anteriormente.

sendo, inclusive, esse espaço da Audiência utilizado para contribuições de seu conteúdo. Assim, enquanto material em construção, o ICPS preparou uma apresentação que levantasse, de forma crítica, todo o conteúdo até aquele momento produzido, aproveitando para apresentar os conteúdos construídos depois da publicação do Diagnóstico Preliminar, mas que já considerava as contribuições das Oficinas Temáticas.

- Além disso, na sua fala final, o Secretário de Planejamento Urbano fez observações sobre esse tema.

Então, Fernanda Costa afirmou que o cronograma e metodologia que estavam sendo aplicados iriam de encontro com o TR da contratação da Diagonal-JW, sem ser explicitado ou pactuado.

- Cabe esclarecer que a Estratégia de Construção Coletiva (ECC) concluiu coletivamente pela ampliação do processo participativo, o que acarretou também em ajustes no plano de trabalho original. Dessa forma, a ordem de entrega dos produtos foi adaptada. Por exemplo, alguns itens do Produto 02 - Módulo A, foram reposicionados para momentos posteriores, bem como alguns item que viriam posteriormente foram trazidos para o Diagnóstico. Isso pode ser verificado na plataforma digital do PD, no ECC ali publicado.
- Em sua fala final, o Secretário de Planejamento Urbano.

Criticou a mudança metodológica, afirmando que realizar o PD concomitantemente aos seus instrumentos seria uma metodologia mais adequada e teria sido essa a lógica construída no termo de referência elaborado pela própria gestão.

- Compreende-se que essa é uma opinião pessoal da senhora Fernanda, mas que, conforme explicado acima, essa mudança metodológica foi pactuada no âmbito do GT-POT e definida no ECC.

Em seguida, ela desqualificou o Diagnóstico por não possuir uma análise mais aprofundada da Região Metropolitana (RMR).

- Compreende-se que essa é uma opinião pessoal, o Diagnóstico considera o contexto metropolitano, no entanto sem desprezar que o Estatuto da Metrópole exige a elaboração do PDUI e consequente compatibilização de todos os Planos Diretores da Metrópole, nesse momento o foco de integração das cidades no cenário metropolitano será muito mais específico. No entanto, pode-se verificar, no Diagnóstico, Volume I, item 7.1.6 uma análise de como a cidade está inserida na Região Metropolitana do Recife.

Criticou, também, que não haveria uma avaliação crítica do Plano Diretor vigente. Afirmou que na apresentação do Presidente do ICPS teria havido uma avaliação, mas que ela não constaria em nenhum documento. Reforçou a importância de haver uma avaliação sobre os impactos do PD2008 no território da cidade, seus impactos na paisagem e para a população.

- Ressalta-se que, apesar da avaliação de impactos gerados no território e na paisagem pelo PD 2008 não ser objeto do TR, esta análise está incorporada no Diagnóstico Final.

Questionou o fato de normas estaduais e federais que incidem no território tanto em relação ao patrimônio histórico como a questão ambiental não terem sido incorporadas ao Diagnóstico.

- A referida análise foi realizada no Plano de Gestão Social e Ambiental – Programa de Desenvolvimento de Educação e da Gestão Pública no Município

Senhora Fernanda afirmou discordar do conceito de categorização do uso do solo como realizado no Diagnóstico. Em sua opinião, trata-se mais de uma análise de morfologia e que poderia dar uma compreensão de homogeneização do território.

Foi também observado que a Matriz FOR teria informações ricas, mas que estariam subutilizadas, pois os mapas não estariam cruzando as informações, não dizendo quais seriam os problemas, fragilidades, oportunidades e riscos que existem na cidade do Recife. Isso porque, segundo a senhora Fernanda, quem teria elaborado a Matriz teria sido a empresa de consultoria e a gestão da PCR. Por isso, ela pediu que esse produto fosse revisto, sendo objeto de discussão com a população. Elogiou os mapas sínteses e ao mesmo tempo os qualificou como singelos e superficiais.

- Compreende-se que essa é uma opinião pessoal da senhora Fernanda e que, dentro da metodologia escolhida para trabalhar os temas relevantes da Cidade, a Matriz FOR está atendendo os objetivos pretendidos. Toda a metodologia escolhida para a realização do Diagnóstico consta em seu Capítulo 2, do Volume I.
- É interessante, também, verificar a explicação dada pela consultora do Consórcio, a Sra. Marta Lagreca, 14º pessoa a intervir nessa Audiência.

Em seguida, a Fernanda afirmou que a Prefeitura teria convocado a Audiência Pública sem fazer as complementações que teriam sido indicadas nas Oficinas Temáticas.

- Observa-se que a elaboração do Diagnóstico foi um processo participativo, iniciado com a Leitura Comunitária e análises técnicas. Após a finalização do documento preliminar, ocorreram as oficinas temáticas para aprofundamento dos debates e o início das discussões de diretrizes, culminando nesta Audiência Pública para apresentação do Diagnóstico Preliminar em sua íntegra.

Ao final, a senhora Fernanda Costa sugeriu que o Diagnóstico fosse consolidado com os acréscimos e complementações indicados nas Oficinas Temáticas e que cumprisse o estabelecido no Termo de Referência e no contrato. Além disso, pediu que a PCR chamasse uma outra Audiência Pública para apresentar o produto final no conteúdo.

- As sugestões foram acatadas.

PROPOSTA PARA O PD: o zoneamento deveria ser definido no Plano Diretor, inclusive o zoneamento especial, e não poderia ser remetido para Lei de Uso e Ocupação do Solo.

- **RESPOSTA:** Esta proposta está atendida no atual caderno de propostas para o PD2018.

PROPOSTA PARA O PD: as políticas setoriais deveriam previstas no Plano Diretor.

- Políticas setoriais além das políticas de mobilidade e ambientais, principalmente aquelas ligadas às políticas sociais que repercutem no território.
- **RESPOSTA:** Esta proposta está atendida no atual caderno de propostas para o PD2018.

3. Renan Castro

O Sr. Renan Castro, representante do Centro Popular de Direitos Humanos (CBDH), organização da sociedade civil que compõe a Articulação Recife de Luta, criticou o cronograma para a realização da revisão do PD e corroborou com a fala do professor

anunciando que a Articulação Recife de Luta estaria na Audiência para protestar sobre isso.

- Contemplando a maior parte dos pontos apresentados pela Articulação Recife de Luta (ARL), a Prefeitura propôs aumentar o número eventos de participação popular. Com isso, conforme acordado na Estratégia de Construção Coletiva (ECC), aprovada no CONCIDADE e pode ser verificada na plataforma digital do Plano Diretor (PD), e possibilitando a garantia da exigência legal de cumprimento do prazo exigido de 10 anos para a revisão de todo o PD, a PCR propôs a mudança do cronograma original, ampliando o prazo total para elaboração do Plano de Ordenamento Territorial (POT), todavia com antecipação da revisão do PD. Isso provocou a mudança da metodologia, separando os produtos que atendessem a revisão do PD dos seus demais instrumentos. Dessa forma, não se tratou de uma redução do prazo, ao contrário. Com essa modificação metodológica, passou-se a ter mais tempo exclusivo para o debate da revisão do PD e outro momento exclusivo para a construção dos demais instrumentos.

4. Ronaldo Coelho

O **Sr. Ronaldo Coelho, representante da organização Habitat**, corroborou com as observações feitas pelo professor Jan Bitoun e afirmou que a organização pede que o cronograma para a revisão do PD fosse revisado e ampliado para que a sociedade civil pudesse intervir qualitativamente no processo e, assim, garantir que a proposta do PD seja boa para a cidade.

- Compreende-se que o questionamento do senhor Ronaldo foi contemplado na resposta ao senhor Renan.

5. Socorro Leite

A **Sra. Socorro Leite, também da organização Habitat**, falou que a publicidade do processo de revisão do PD precisaria melhorar para ter mais transparência, ao mesmo tempo afirma que a Prefeitura estaria divulgando informações no site, em folders, divulgando até em saco de pão e realizando muitas audiências, consultas e reuniões.

- Como reconhecido pela própria, a revisão do PD está sendo amplamente divulgada pela sociedade; executando a Estratégia de Construção Coletiva (ECC) proposta e aprovada no CONCIDADE; as fases e procedimentos atendem plenamente à legislação; há ampla divulgação do processo e massiva incitação da sociedade para participar das atividades, tendo sido criados canais de contribuição presenciais e virtual. Na primeira etapa de leitura comunitária para o Diagnóstico, por exemplo, foram realizadas mais de 1 mil contribuições nos canais presenciais (escutas públicas) e mais de 10 mil contribuições nos canais virtuais.

Afirmou, também, que a votação no que chamou de “conselho comum”, teria sido muito dividida, com 22 votos a favor e 19 contra, o que demonstraria que quase toda a sociedade civil não lucrativa teria votado contra o processo.

- Vale ressaltar que toda a revisão do PD é realizada através de um processo de cogestão com o GT-POT. Esse é um espaço com representações da sociedade, seguindo a proporcionalidade do CONCIDADE. Dessa forma, trata-se de um espaço heterogêneo, aonde as diversas forças sociais interagem e debatem o que acreditam ser o melhor para a revisão do PD, buscando garantir a visão dos grupos aos quais representam. É um espaço democrático, aonde os temas são debatidos e votados, sendo garantido o desejo da maioria.

Ela falou ainda que o Diagnóstico necessitaria de melhorias e que sua linguagem devia ser mais acessível.

- Vale ressaltar que se buscou uma linguagem clara e o mais leiga possível. Porém, em alguns itens, a linguagem de fato torna-se técnica pois são temas essencialmente técnicos. Apesar disso, nas Oficinas Temáticas para debate do Diagnóstico, buscou-se apresentar seus resultados didaticamente e resumidamente, de tal forma que possibilitasse o diálogo com a sociedade. Observa-se que a publicação do Resumo Executivo do Diagnóstico Propositivo do Plano Diretor, Lei de Parcelamento e Lei Uso e Ocupação do Solo buscou trazer essa linguagem mais direta, além da compactação do conteúdo para apenas 32 páginas.

Perguntou como seria a agenda para agregação das pessoas nos dois meses que restavam até a Conferência

- Compreende-se que o questionamento do senhor Ronaldo foi contemplado na resposta ao senhor Renan.

Por fim, a senhora Socorro perguntou quando o Diagnóstico seria finalizado e quando ele passaria pelo GT-POT, afirmando que seria um requisito da contratação da consultoria que o Diagnóstico fosse disponibilizado e aprovado pelo Conselho da Cidade.

- Todo o processo participativo é realizado e acordado a partir das reuniões com o GT-POT, aonde estão representados todos os atores da sociedade. As decisões são votadas, ou seja, trata-se de um processo democrático e participativo. Além disso, a participação da sociedade se dá em diversos momentos. Como exemplo, na primeira etapa de leitura comunitária para o Diagnóstico foram realizadas mais de 1mil contribuições nos canais presenciais (escutas públicas) e mais de 10 mil contribuições nos canais virtuais.
- Além disso, na sua fala final, o Secretário de Planejamento Urbano fez observações sobre esse tema.

6. Rud Rafael

O **Sr. Rud Rafael, representante do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)**, criticou o processo de revisão do PD, afirmando que haveria um fechamento à participação social para discussão do Planejamento Urbano da Cidade do Recife. Observou que Recife seria a capital com maior desigualdade social do Brasil e que o Diagnóstico deveria apontar essa questão.

- Respondido na fala final do Secretário.

Afirmou, também, que sentia falta de uma revisão dos artigos de PD2008 no Diagnóstico, especialmente sobre as políticas setoriais urbanas e as políticas sociais.

- Este item foi respondido na sessão acima, referente aos questionamentos da sra. Fernanda.

Questionou sobre o cronograma, afirmando que não seria possível haver um debate sobre as diretrizes da educação, saúde, política para as mulheres com esse prazo.

- Este item foi respondido na sessão acima, referente às observações do sr. Renan Castro.

O senhor Rud afirmou que a ARL já havia realizado mais de 30 debates em todas as

mulheres negras para produzir propostas. Porém, esse processo de participação não caberia no processo que teria sido construído pela PCR.

- Observa-se que as questões referentes à comunidade pesqueira estão contidas no Caderno Preliminar de Propostas para o Plano Diretor do Recife, aonde, no Capítulo 6: Diretrizes Setoriais da Política Urbana, Item 6.1 Proteção de Atividades Econômicas Tradicionais, que prevê uma “Política Urbana e Desenvolvimento Econômico específico para atividades econômicas informais e pescadores”. Todo o Capítulo 3 do Diagnóstico Propositivo trata da contextualização das questões do Recife, apresentando os desafios que a cidade possui.

Por fim, afirma que a ARL fez uma ação direta e que seria bem-humorada para reivindicar uma mudança no processo, mas que a organização estaria esgotada com relação ao diálogo do a gestão.

7. José Fernandes

O Sr. José Fernandes, servidor estatutário da PCR, lotado no ICPS, membro do Conselho da Cidade, membro do Conselho de Meio Ambiente e também membro do Comitê de Enfrentamento à Mudança Climática, afirmou que todas as críticas que foram colocadas ao processo seriam sempre escutadas e incorporadas sempre que possível. Convidou os presentes a fazerem um esforço para verem quanto se teria avançado e o quanto o Diagnóstico e demais planos que teriam sido elaborados pela PCR seriam ricos de informações e melhorias para a cidade. O senhor José elogiou os integrantes da Articulação Recife de Luta, que estariam lutando pela melhoria do Recife, e chamou a todos à uma união para a realização do PD. Afirmou que a questão do prazo realmente seria um desafio, mas que os técnicos buscavam fazer o melhor. Colocou o ICPS à disposição para todos que quisessem conversar sobre alguma questão mais específica ou mais técnica.

8. Manuela Jordão

A **Sra. Manuela Jordão, representante da Associação por Amor às Graças**, afirmou que o PD2018 estaria excluindo as ZEIS e as EPs.

- Cabe esclarecer que as ZEIS e EPs não estão sendo excluídas do PD, como pode ser verificado no Capítulo 3, item 3.2 do Caderno de Propostas, inteiramente dedicado às Zonas Especiais.

Outro questionamento da senhora Manuela foi referente aos critérios utilizados para a categorização da ocupação do solo, apresentada no Diagnóstico.

- Todos os critérios podem ser verificados no item 7.2 do Diagnóstico Propositivo.
- Em sua fala final, o Presidente João Domingos esclarece esse ponto.

Questionou em que lugar do Diagnóstico haveria propostas.

- Esclarece-se que ele é propositivo em sua essência. Cada um dos capítulos e questões identificadas na cidade, trazem sugestões de melhorias. Essas sugestões compuseram, juntamente com todas as sugestões realizadas pela sociedade, as diretrizes geradoras do Caderno de Propostas do PD.

9. Lúcia Moura

A **senhora Lúcia Moura, representante da Associação por Amor às Graças**, criticou o que qualificou como linguagem muito técnica do Diagnóstico.

- Essa questão foi esclarecida nas respostas aos questionamentos da senhora Socorro Leite.

Depois, afirmou que a Associação das Graças em 27 de julho de 2018 teria protocolado na Prefeitura da Cidade do Recife, um documento dirigido a, o Senhor Prefeito Geraldo Júlio, ao Senhor João Domingos, Presidente do Instituto Cidade Pelópidas Silveira e ao Presidente do Grupo GT-POT, Grupo de Trabalho do Plano Ordenador Territorial, pedindo uma audiência pública para discussão sobre a lei dos 12 bairros e não teriam tido resposta.

- Este item já foi respondido na colocação feita pela senhora Fernanda Costa.

10. Inamara Melo

A **senhora Inamara Melo, lotada na Secretaria da Mulher do Recife**, corroborou com a fala do senhor José Fernandes sobre o que qualificou como esforço sincero da equipe do ICPS para a construção de uma boa revisão do PD. Depois, destacou que a Secretaria da Mulher considera importante a participação das mulheres na revisão do Plano Diretor e que tem tentado compreender alguns conceitos e influenciar, buscando a inclusão socioterritorial, a necessidade de que as cidades brasileiras acompanhem a agenda da ONU de 2030 no que diz respeito à necessidade de transformar as cidades em cidades resilientes, em cidades seguras, em cidades sustentáveis, em cidades inclusivas, aonde a equidade de gênero seria um dos objetivos do desenvolvimento sustentável, sendo, assim fundamental que isso tenha rebatimento no PD. Afirmou que há uma percepção do desafio em realizar esse rebatimento na montagem do diagnóstico pois muitos dos levantamentos, pesquisas, estatísticas e mapas não levariam em consideração questões específicas sobre a questão de gênero. Pontuou as mulheres que moram em morros, as mulheres em situação de vulnerabilidade, são particularmente impactadas pelo problema do abastecimento de água, pela falta de saneamento básico. Falou, também, que a ausência de creches e de infraestrutura tem um rebatimento específico na vida das mulheres. Finalizou afirmando que houve um trabalho de escutas nas 06 RPAs da cidade, promovido antes das escutas promovidas pela equipe do PD e que espera que elas sejam consideradas no processo.

- Com relação à essa temática, é relevante observar que atual Caderno de Propostas para o PD, no seu Capítulo 2, sobre Estratégias do Ordenamento Territorial, considera como uma das camadas fundamentais o item Recife Cidade Mulher, Cidade Acessível, o que baliza todas as propostas apresentadas. Destaca-se que a Estratégia de Ordenamento Territorial pactuada até o momento, para a revisão do Plano Diretor do Recife, é convergente com os princípios da Nova Agenda Urbana da ONU.

11. Mônica Oliveira

A **Sra Mônica Oliveira, representante da FASE**, afirmou que gostaria de tratar especialmente das dimensões de gênero e de raça. Afirmou que a população do Recife não seria uma grande massa homogênea e que a cidade seria majoritariamente negra, com necessidades específicas, e isso necessitaria estar espelhado no diagnóstico com dados desagregados não só por sexo, mas também por cor.

12. André Araripe

O **Sr. André Araripe, do Gabinete do Vereador Ivan Moraes** afirmou que não haveria dúvida da capacidade e do empenho da equipe técnica do Instituto e de outros órgãos da Prefeitura nesse processo. Disse, também, que não haveria dúvidas sobre a capacidade técnica da consultoria contratada para execução das atividades previstas no processo do Plano Diretor. Porém, afirmou que haveria questionamentos sobre as intenções políticas da gestão em abrir o processo e possibilitar uma ampla participação da sociedade.

- Em sua fala final, o Secretário comenta esse ponto.

Afirmou não concordar que os diversos setores representados no GT-POT não estivessem compondo a mesa da Audiência.

- Na Lei Municipal 16.745/2002, que rege as audiências públicas, não consta qualquer regramento acerca da composição das mesas, ficando à cargo do responsável por sua realização. No caso desta audiência, compreendeu-se que a mesa estaria composta somente para mediar o debate e, quando necessário, responder à questões colocadas à Secretaria de Planejamento Urbano, não havendo, portanto, razão de compor uma mesa com diversos atores. Isso, especialmente, tendo a clareza de que todos os presentes teriam direito à voz e que todos os membros do GT-POT foram convidados para participar e se inscrever, pedindo a palavra a qualquer tempo.

O senhor André disse, também, que a sociedade civil tem buscado participar, colaborando com o conteúdo, mas para haver mais tranquilidade no processo, seria necessário haver um gesto político. Por isso, sugeriu que nos próximos passos haja maior coordenação tanto no GT-POT, como na condução dos espaços e momentos abertos ao público.

- Cabe esclarecer que todo o processo vem ocorrendo em concordância com o que é deliberado no âmbito do GT-POT, de forma democrática. Nesse espaço, que já teve 12 reuniões até o momento, são discutidos os passos a serem seguidos para a construção da revisão do PD. Vários aspectos da participação coletiva foram, inclusive, modificados e ampliados, em atendimento às deliberações desse GT. Porém, também é importante observar que, enquanto espaço democrático, composto com setores de toda a sociedade, há concessões feitas por todas as partes interessadas e a partir do voto.
- Em sua fala final, o Secretário de Planejamento Urbano comenta esse ponto.

Afirmou que o Gabinete do Vereador Ivan Moraes teria recebido uma queixa de uma moradora sobre a instalação de totens para consulta de informações e de opinião pública sobre Plano Diretor cujas perguntas seriam sobre temas não relacionados ao PD. Afirmou que gastar inclusive recurso público com isso não seria razoável e, muito menos, a garantia da participação popular ao conteúdo do PD.

- Em sua fala final, o Secretário comenta esse ponto.

13. Luana Varejão

A **senhora Luana Varejão, Advogada do Centro Popular de Direitos Humanos**, afirmou que, inicialmente, teriam sido apontadas algumas questões sobre críticas ao Diagnóstico, mas que ela teria a sensação depois das 8 Oficinas Temáticas, o Diagnóstico estaria igual, apenas com o acréscimo de uma análise do texto do Plano Diretor.

- Este questionamento da senhora Luana procede, uma vez que o conteúdo apresentado nessa Audiência Pública estava ainda sem a revisão final, que incluiu todas as colaborações realizadas nas Oficinas Temáticas, nessa Audiência e enviadas através da plataforma do PD.

Depois, a senhora Luana diz que seria necessário louvar a disponibilidade de determinados técnicos e técnicas, tanto da PCR como da consultoria, mas, também, a disposição da sociedade civil que estaria participando ativamente de vários processos participativos na cidade. Sugeriu que fosse marcada uma nova Audiência Pública para apresentar a consolidação do Diagnóstico a fim de ter uma resposta às colocações que foram feitas pela sociedade.

- Esta colocação foi respondida na fala da senhora Fernanda Costa.

Por último, fez colocações sobre a composição dos delegados representantes na Conferência da Cidade.

14. Sra. Marta Lagreca

A **consultora do Consórcio Diagonal-JW, arquiteta e urbanista Marta Lagreca**, iniciou sua fala declarando que estaria percebendo uma fragmentação entre o que foi apresentado e o que foi compreendido pela sociedade em 3 aspectos: na metodologia, na Matriz de Cruzamentos e a categorização do território. Afirmou que o Diagnóstico está buscando entender as formas e as vocações do território para cruzar com seus processos de estruturação, as infraestruturas e entender como foi se dando a ocupação desse solo.

Esclareceu que a Matriz de Cruzamentos faz uma leitura a partir da divisão das categorias em 11 territórios e, não, zoneamento. Essa Matriz faria isso trazendo elementos da camada ambiental, buscando compreender como seria caracterizado no uso e ocupação do solo os trechos de cidade. Busca entender como seria a questão da densidade demográfica e cruza com elementos da incidência de corpos d'água e vegetação em cada camada; como o sistema viário e os espaços públicos se comportam na cidade.

15. Sra. Elka Porciúncula

A **senhora Elka Porciúncula, representante do SINDUSCON**, diz haver a necessidade de haver dados suficientes de infraestrutura, de oferta de habitação e de demanda, para se ter segurança nas propostas a serem feitas pela revisão do PD. Ela comentou, também, que o SINDUSCON, a ADEMI, compostos por mais de 23 entidades, foram realizadas propostas que a Rede Pró-Cidade encaminhou para a Prefeitura.

16. Bernardo Weinstein

O **advogado Bernardo Weinstein, representante da Articulação Várzea de Luta**, criticou que seria muito o tempo de 90 minutos utilizados pelo Presidente do ICPS para a apresentação de todo o Diagnóstico.

- Como o Diagnóstico Preliminar Propositivo é, de fato, um documento extenso e com uma quantidade significativa de estudos e conteúdos sobre o Recife, e como, além do que estava no Diagnóstico publicado naquele momento, também foi realizado um anexo sobre questões colocadas nas Oficinas Temáticas

necessidade de utilização de um tempo um pouco mais longo para que se pudesse apresentar tudo isso, de forma clara e didática, cruzando informações relevantes.

Disse, também, que a participação popular estaria sendo impedida em todo o processo.

- O Município têm realizado diversas escutas públicas, audiências públicas, reuniões públicas, oficinas, seminários, além de intensa divulgação em todos os meios de comunicação, procurando alcançar todos os recortes da sociedade. Vem cumprindo fielmente os ditames do Estatuto da Cidade, do Plano Diretor Vigente, das Salvaguardas Sociais do BIRD, além das resoluções do Ministério das Cidades e outros normativos federais e municipais, realizando, inclusive, um processo de cogestão com órgão colegiado criado no âmbito do CONCIDADE de todo o POT. Todo esse processo é público e pode ser acompanhado nas mídias sociais como facebook e instagram, além da própria página do Plano Diretor na internet. Até o presente foram colhidas mais de 12.000 contribuições.

Reivindicou a necessidade de se compreender as características, elementos e avaliação crítica há dos últimos 10 anos.

- Esse item foi respondido na fala da senhora Fernanda Costa.

Afirmou haver sido protocolado um requerimento de uma audiência pública na Várzea para discussão sobre o urbanismo e índices de adensamento, para se ter clareza de quais são as perspectivas que os moradores desse bairro terão nesse repensar da cidade.

- Esse item foi respondido na fala da senhora Fernanda Costa.

17. Sr. Israel Gabriel Sá

O **assessor do vereador Ivan Moraes, senhor Israel Gabriel Sá, morador de Brasília Teimosa**, afirmou fazer parte da Ação Comunitária Caranguejo Uçá que, no segundo semestre do ano de 2017, juntamente com a Fundação Joaquim Nabuco e o Conselho Pastoral dos Pescadores, promoveu um encontro dos pescadores. Contou que para essa mobilização, que foi realizada na região Sul e Sudeste, foi necessário fazer um mapeamento dos pescadores e foi constatado que há pouco mais de 1.900 famílias que dependem diretamente da pesca. Afirmou sentir falta dessas famílias, que injetam dinheiro na economia da cidade, nos debates sobre a revisão do PD. Falou, também, da escassez de muitas espécies, do lixo e esgoto no rio que comprometeria a saúde do pescador. Afirmou que na Câmara Municipal e Prefeitura essa parcela da população não tem representatividade. Ele, então, perguntou como a cidade ela vai caminhar nos próximos 10 anos, iria se perder as comunidades pesqueiras que ainda existem na cidade.

- Esclarece-se que a questão das populações tradicionais pesqueiras foi contemplada tanto no Diagnóstico Final, como amplamente contempladas no Caderno de Propostas, no CAPÍTULO 6: Diretrizes Setoriais da Política Urbana, Item 6.1 Proteção de Atividades Econômicas Tradicionais, que prevê uma “Política Urbana e Desenvolvimento Econômico específico para atividades econômicas informais e pescadores”.

18. Sr. Victor Araripe

O **senhor Victor Araripe** destacou que tem duas coisas precisariam ser analisadas: o

existem algumas diferenças importantes entre essas duas coisas.

Primeiro, o material publicado, do volume de informações seria muito extenso e lhe parecem muito mais uma compilação de dados gigantesca, sem muita análise crítica e o que viraria uma análise crítica no fim seria o mapa de uso e ocupação do solo, que apresentaria estratégias e diretrizes para a cidade.

- Compreende-se ser uma opinião pessoal do senhor Victor Araripe.

A linguagem do texto seria muito técnica e, por isso, excludente.

- Esse item foi respondido na fala da senhora Socorro Leite.

Ainda sobre o Diagnóstico Preliminar publicado até aquele momento, questionou a metodologia utilizada pela consultoria para apresentação do conteúdo, especialmente sobre as áreas e subáreas que estariam representadas na Matriz FOR.

- Este questionamento foi explicado pela senhora Marta Lagreca e, posteriormente, complementado pelo senhor João Domingos.

Perguntou se o direito de protocolo vai valer ainda.

- Sobre o direito de protocolo, pode ser verificado no Caderno de Propostas para o Plano Diretor, em suas Disposições Finais e Transitórias, sobre a Regra de Transição.

19. Sra. Isabela Valença ETAPAS

A **senhora Isabela Valença, representante da ETAPAS** observa a importância do PD para as três áreas de atuação de sua organização: crianças e adolescentes, juventudes e o direito à cidade.

Anunciou repudiar a não participação da Secretaria de Planejamento, no dia 29 de julho, a uma audiência pública para discutir crianças, primeira infância e direito à cidade convocada pela Câmara de Vereadores.

Questionou a participação na audiência, afirmando que o auditório estaria quase vazio e que apenas dez pessoas presentes seriam moradoras de áreas populares. Criticou a inscrição para a audiência ter sido realizada pela internet e que isso seria um impeditivo para a participação de muitas pessoas.

- As inscrições para a audiência, de fato, foram realizadas pela internet. Contudo, cabe ressaltar que todas as pessoas que foram para o evento tiveram sua inscrição garantida, podendo ali mesmo realizá-la. Esse é o procedimento adotado em todos os eventos participativos desde o início do processo de revisão do PD.

Falou que o atraso no evento faria com que muitas pessoas não pudessem almoçar e que deveria ter havido auxílio para o deslocamento e alimentação dos participantes.

- De fato a audiência foi prevista para ser terminada antes do horário do almoço, porém, como foram necessários 90 minutos para a apresentação do Diagnóstico, depois, os dois debatedores utilizaram de pouco mais de 50 minutos e, ainda, todos os que assim desejaram tiveram espaço de fala, a Audiência teve uma duração de quase 5 horas, com debates e esclarecimentos, terminando cerca de 14h.

abertos ao diálogo, a construir a participação, mas que não teriam sido considerados.

- O espaço para debate sobre a participação no processo da revisão do PD sempre esteve e continua aberto. Esse debate, inclusive, foi o gerador da Estratégia de Construção Coletiva (ECC), onde cerca de 80% das contribuições citadas pela senhora Isabela foram incorporadas, inclusive, naquele momento tendo ampliado os eventos participativos em 18 encontros, passando de 22 para 40.

20. Vereador Ivan Moraes

O **vereador Ivan Moraes** agradeceu a Prefeitura pelo intérprete de libras, afirmando ser muito importante que todo evento público, afirmando que a Câmara Municipal ainda não tem. Afirmou, também, que sua equipe tem participado de todos os momentos que dialogam sobre o Plano Diretor.

Criticou o horário da Audiência e a forma de inscrição. Sugeriu à mesa que utilizasse o tempo para informar como será o encaminhamento do diálogo com a população e afirmou que não seria possível terminar a revisão do PD nesse ano com o mínimo de qualidade. Criticou que a Prefeitura não estaria respeitando a Câmara quando os secretários fossem convocados às audiências públicas e não comparecessem, desrespeitando não apenas cada um dos mandatos, mas a Câmara como instituição. Comunicou que no dia seguinte a essa Audiência haveria uma audiência pública para que a Prefeitura pudesse mostrar como estaria sendo gasto o dinheiro da publicidade na Prefeitura.

- Como afirmado pelo vereador, compreende-se que este comentário foi realizado sobre uma questão da Câmara dos Vereadores para com a PCR e que não há ligação direta com a revisão do PD.

21. Sr. Maria da Penha ZEIS Jardim Uchôa

A **senhora Maria da Penha, moradora da ZEIS Jardim Uchôa**, afirmou não se sentir representada por nenhum dos presentes na audiência e que para o nível de discussão feito ali, ela precisaria ter uma capacitação pra poder se colocar de uma forma que não olhasse somente para ZEIS Jardim Uchôa, mas para toda cidade.

- Esclarece-se que, de acordo com a metodologia implantada, a capacitação da população às questões específicas do PD ocorre continuamente, desde a primeira rodada de eventos participativos, acompanhando a dinâmica do processo e aprimorando a capacitação em cada espaço de participação da sociedade. Isso foi iniciado nas seis Escutas Públicas, uma em cada Região Político Administrativa da cidade. Naquele momento, a população teve a oportunidade de compreender o que se pretendia com todo o desenvolvimento do POT, além de promover o debate sobre as questões específicas de sua região e bairro e que seriam relevantes para o planejamento da cidade. Nas atividades subsequentes a população vem sendo capacitada. Foi o caso das Oficinas Temáticas, quando todos os presentes tiveram a oportunidade de compreender as questões da cidade apontadas pelo Diagnóstico Preliminar e, depois de debater conjuntamente e em grupo. Na própria Audiência Pública, houve o momento inicial de compreensão de todos os pontos apresentados no Diagnóstico Preliminar e apontados nas Oficinas Temáticas.

A senhora Maria reclamou da falta de material impresso para facilitar a compreensão e acesso do Diagnóstico

- Compreende-se a crítica da senhora Maria e esclarece-se que isso não ocorreu na audiência porque ela seria um espaço de síntese de tudo o que já havia sido debatido até o momento. Ressalta-se que durante as Oficinas Temáticas os participantes tiveram acesso a um indutor para discussão, que foi o material impresso “Oficinas Temáticas: diálogos propositivos para a cidade”, assim como um material e mapas de síntese para o debate foi disponibilizado nas salas. Além disso, para durante a Conferência da cidade, todos os participantes terão uma cópia da Proposta do Plano Diretor, assim como um volume com todas as propostas até ali apresentadas.

22. Sr. João Domingos - Presidente do ICPS

O **presidente do ICPS, João Domingos**, respondeu à alguns questionamentos realizados até aquele momento na Audiência Pública. Inicialmente, esclareceu a questão do Diagnóstico falar das zonas, macrozonas e das zonas especiais. Explicou que há uma hierarquia de sobreposições. Na lógica do Plano Diretor 2008, há a macrozona do ambiente construído e a macrozona do ambiente natural. Disse, ainda, que o processo de planejamento se dá a partir de aproximações sucessivas onde vai se definindo estratégias, macro estratégias, estratégia menores, que vão culminando eventualmente no projeto de território, no projeto de uma quadra, num projeto de um conjunto de quadros. O detalhamento maior ocorreria em uma escala menor. Assim, dependendo dessa escala, se estaria utilizando o Plano Diretor ou a Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS). Para evitar a confusão com a nomenclatura dessas zonas, o Diagnóstico simplificou, utilizando-se da linguagem de setores, mas, para evitar maiores confusões de entendimento, seria realizada uma revisão, utilizando novamente as nomenclaturas do PD2008.

Em relação às zonas especiais possuem muitas vezes, leis específicas, com regramentos específico. Esse seria o caso das ZEIS. Então, caberia ao Plano Diretor acolher essas zonas, que do ponto de vista hierárquico estão por cima das outras macrozonas ou zonas. Então, em nenhum momento, absolutamente, foi considerada a possibilidade que o Plano Diretor não as recepcionasse ou alterasse. Porém, compreende-se que as zonas especiais carecem de uma regulamentação, de um detalhamento maior, então, a sua criação a mais ou a menos requer certos ritos e cuidados que caberiam ao Plano Diretor, com um detalhamento maior dessas compartimentações, mas não no nível de detalhamento de uma super setorização da cidade, que será realizada na LUOS.

23. Sr. Antônio Alexandre - Secretário de Planejamento Urbano

O **Secretário de Planejamento Urbano do Recife, Antônio Alexandre**, inicialmente, falou sobre o processo e grau de participação social, que um processo como esse, considerando sua diversidade e a complexidade das representações da sociedade, dos diversos olhares e interesses envolvidos, fariam esse processo ser dinâmico, aonde seria importante administrar e gerenciar conflitos e divergências. Que o debate constrói um processo que contribua para a qualidade do produto final. Esclareceu que a revisão do Plano Diretor não significaria apenas essa etapa, mas todo o processo de repensar o modelo de desenvolvimento da cidade, de promover a atualização da leitura urbana e da leitura territorial necessária para fazer atualização dessa percepção da cidade e em consequência eleger os elementos que precisariam ser revistos dentro do Plano Diretor e consagrados na regulamentação do restante da legislação urbanística.

Esse processo teria começado em outros projetos relacionados e vinculados à discussão do Plano Diretor. Esse seria o caso do mapeamento das áreas críticas, que o professor

áreas mais relevantes da cidade, onde se convive com maior grau de desigualdade. Assim como o Recife 500 Anos, que foi feito através de uma articulação que a Prefeitura participa, com um conjunto de debates e de audiências, promovendo a participação popular, buscando construir uma visão estratégica do Recife no horizonte de pelo menos de 20 anos. O Plano de Mobilidade seria outro exemplo, com diversas agendas e pautas com participação de diversos setores organizados. Também, o convênio com a Universidade Federal de Pernambuco para a construção do projeto do Parque Capibaribe, com participação de diversos setores da sociedade, na construção e, inclusive, na revisão de projetos que estavam aprovados pela Prefeitura, como é o caso da Beira Rio, que, graças a essa participação puderam ser revistos e revisitados à luz dos melhores conceitos e princípios do urbanismo moderno. Quando, junto com a Universidade Católica, construiu-se uma agenda em que se debateu o território do Centro Expandido, um conjunto de referências e de elementos buscando qualificação do espaço público, melhor qualidade das vias e um espaço público cidadão, também se estaria contando com participação social.

O Secretário ponderou que a versão do PD 2008 já recepcionou muitos conceitos decorrentes da luta histórica pela reforma urbana e que hoje, no próprio país, se vê que ela representou, do ponto de vista conceitual e de diretrizes, grandes avanços por incorporar elementos e conceitos decorrentes dessa luta histórica. Continuou, afirmando a necessidade de se ter uma revisão crítica, que estaria sendo feita nesse momento, relacionando não só com a atualização da leitura urbana, mas especialmente identificando o Plano Diretor como um instrumento de endereçamento de um novo modelo de desenvolvimento, na redução das desigualdades.

O Secretário falou do desafio do poder público de mediar e conciliar interesses, muitas vezes antagônicos, e afirmou que chegaria o momento em que seria necessário fazer escolhas políticas, dentro do processo político.

Sobre o contrato com a consultoria, afirmou ser um contrato para dar o suporte técnico e que foi inclusive revisado, conforme previsto no Termo de Referência. Lembrou que o contrato foi apresentado ao Conselho da Cidade no começo desse ano.

Afirmou ter sido dentro do Conselho da Cidade que foi definido o Grupo de Trabalho com a mesma proporcionalidade do Conselho pra fazer o acompanhamento desse processo. Disse, também, que diversas rodadas de discussão e de diálogo com a sociedade, em formatos diferentes cada uma porque cada formato desse tem um propósito diferenciado. Explicou que em uma oficina com formato mais controlado seria produzido mais conteúdo; numa audiência pública não se conseguiria aprofundar conteúdo, seria um espaço de demarcação de posicionamentos e de registros mais relevantes no momento da sua intervenção. Afirmou que não é em audiência pública que se construiria ou aprovaria um processo como o Diagnóstico, que ela é um momento com característica mais política de reverberação de alguns posicionamentos aonde se construiria uma agenda e que registra informações cumulativamente.

O Secretário disse haver um esforço nas rodadas regionais, nas oficinas temáticas e em outros canais de acesso pra poder fazer essa tradução necessária das concepções e terminologias que não são do domínio de todas as pessoas que não estão ambientadas e familiarizadas com esses termos.

Sobre a questão dos totens, levantada pelo senhor André Araripe, p Secretário esclareceu que no site do Plano Diretor há uma enquete, dividida em 2 blocos de perguntas, que endereça as questões principais e fundamentais que estão em construção no Plano Diretor. Para divulgar essa enquete, foi realizada uma promoção através de parcerias que a Prefeitura dispunha com o CONLAB especificamente para publicidade que, inclusive, não é nem gerenciado pela área de planejamento urbano. Essa parceria, para o PD, foi utilizada apenas para fazer a publicidade e a promoção desse processo do Plano Diretor. O que estava no totem não era a pesquisa, era o que a publicidade chama de uma pergunta íssã, que seria motivadora para poder disseminar o

Sobre o questionamento sobre os protocolos para a realização de audiências públicas específicas, o Secretário Antônio Alexandre ponderou que talvez mais na frente, quando for o momento de discussão da LUOS, da Lei de Parcelamento, que seriam normas urbanísticas mais próximas de territórios mais controlados, mais específicos, caiba esse tipo de discussão mais localizada.

Sobre o questionamento dos prazos para a entrega do Diagnóstico, o Secretário explicou que o material foi publicado com 20 dias de antecedência e que houve um prazo para as contribuições ao Diagnóstico fossem realizadas através da plataforma digital do PD. Explicou que tudo o que foi levantado durante essa Audiência seria sistematizado e publicitado.